

Fronteiras cruzadas, trânsitos limitados: Um estudo das relações 'entre' figuras da violência e formas da política

Resenha do livro 'Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo', de Gabriel de Santis Feltran

Livia de Tommasi

Professora da UFF

A leitura do livro de Gabriel de Santis Feltran é uma leitura grata. Com uma narrativa leve e apaixonada, ele aborda temas complexos e bastante controvertidos, como violência, “mundo do crime” e gestão do social, dando ênfase às interfaces com a política. O texto é uma demonstração clara de que é possível fazer sociologia sem ter que recorrer a narrativas inteligíveis (e digeríveis) apenas pelo pequeno círculo dos profissionais da academia.

Mesmo assim, é justamente no contexto acadêmico que os méritos do trabalho de pesquisa realizado pelo autor, no âmbito de seus estudos de doutorado em ciências sociais, podem ser mais bem apreciados. Dando continuidade às questões desveladas em suas pesquisas anteriores sobre movimentos sociais e política nas periferias (FELTRAN, 2005, 2006), ele foi a campo com a ideia de “conhecer alguns casos de adolescentes e jovens”, a partir do contato com uma organização social do distrito de Sapopemba, na periferia sul da cidade de São Paulo. A escolha da entidade e da região não foi aleatória: Feltran tinha ficado fascinado ao ouvir uma fala de Valdenia, uma das fundadoras do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca) de Sapopemba, entidade com uma história exemplar no âmbito das lutas em defesa de direitos surgidas no bojo do processo de redemocratização, nos anos 1980-1990; como outros pesquisadores politicamente engajados, Feltran escolhe então uma região da periferia fortemente marcada pela presença dessas lutas e por indicadores sociais particularmente críticos.

Partindo de um “objeto” de estudo pouco delimitado, ele persegue, com muita competência, os fios que se desenrolam em campo a partir das interlocuções estabelecidas. Além dos jovens, encontra suas famílias, seus educadores e os outros profissionais envolvidos nas atividades frequentadas por aqueles na entidade; recolhe as narrativas das trajetórias familiares, percorre a história do Cedeca e da sua fundadora; traça um quadro exaustivo das ativida-

des desenvolvidas pela organização, inclusive seguindo os coordenadores em seus trânsitos cotidianos, nas reuniões e atos públicos dos quais participam em outras regiões da cidade, na interlocução com juízes, gestores públicos, outros ativistas da área; acompanha as notícias que aparecem na mídia relacionadas ao campo de atuação da entidade, sobre as rebeliões na antiga Febem e os atos públicos de denúncia contra a violência policial ou de reivindicação de políticas públicas. É toda uma teia de relações, trajetórias e vivências que se desenrola e que os leitores acompanham e, graças à qualidade da narrativa e das descrições precisas, conseguem visualizar.

Os temas com os quais ele se depara são encarados de frente e não contornados para perseguir um “objeto” de pesquisa previamente definido que, às vezes, se torna uma camisa de força para os pesquisadores excessivamente preocupados em verificar em campo a validade de suas hipóteses. Feltran toma o caminho mais arriscado e constrói seus argumentos a partir das questões empíricas com as quais esbarra. Assim, seu objeto se desloca e as hipóteses são construídas no decorrer do trabalho de campo.

Os parágrafos da introdução em que o Feltran descreve sua pesquisa, desde os primeiros contatos em campo até a análise do vasto material coletado, é um texto precioso para qualquer pesquisador (e especificamente mestrandos e doutorandos) que se depare com a difícil tarefa de realizar pesquisas de tipo etnográfico. Ou seja, andar por territórios desconhecidos, conquistar a confiança de seus interlocutores, dosar com sensibilidade aproximações e distâncias, deixar-se surpreender e, ao mesmo tempo, não ser engolido pela grande quantidade de material coletada em campo e não perder de vista o rigor teórico.

Assim, o autor passa por campos de estudo centrais das ciências sociais: a sociologia urbana, os estudos dos movimentos sociais e das relações da chamada “sociedade civil” com o Estado, o “mundo do crime” e a violência, as trajetórias de adolescentes e jovens em conflito com a lei, o sistema jurídico e a garantia de direitos. Também nesse sentido, é uma pesquisa que perpassa fronteiras e não se deixa amarrar nos limites de campos disciplinares definidos.

A própria trajetória acadêmica do autor é, assim, bastante significativa: ele cursou uma graduação em veterinária e a partir do engajamento político se motivou a ingressar em um curso de pós-graduação em ciências sociais. Trajetória bem-sucedida, já que o autor publicou tanto a dissertação de mestrado como, no livro aqui apresentado, a tese de doutorado, premiada pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 2009. Uma história que, hoje em dia, seria praticamente impossível de ser empreendida devido ao atual fechamento das fronteiras entre os cursos e percursos acadêmicos.

Sem dúvida, o percurso intelectual de Feltran é marcado pela relevância do trabalho acadêmico de sua orientadora, Evelina Dagnino, da Unicamp, pesquisadora cuja produção científica sobre o tema dos movimentos sociais e da democracia na América Latina ocupa um lugar de destaque. É também devedora da produção acadêmica sobre a periferia paulistana no âmbito da qual seu trabalho se coloca (os trabalhos de Lucio Kowarick, Eder Sader, Maria Celia Paoli, Vera Telles, entre outros). É nesse contexto que deve ser compreendido, e valorizado, o deslocamento realizado na pesquisa – dos estudos sobre movimentos sociais aos estudos sobre violência –, motivado pelas observações realizadas em campo. Esse deslocamento, aliás, é o tema central do livro: se as famílias que se instalam nas periferias de São Paulo nas décadas de 1960-1970-1980 tinham como projeto de inserção social e econômica o trabalho operário e a construção da casa própria, esse “sonho” não faz mais sentido para seus filhos. Para essa segunda geração, são outros os parâmetros da experiência e da busca pela sobrevivência. Para o autor, dois processos marcam atualmente as vidas dos moradores das periferias: por um lado, a “expansão do mundo do crime” e, por outro, a “expansão da gestão do mundo social”, ou seja, a expansão dos dispositivos que procuram governar, gerir, administrar a população pobre.

O trabalho está dividido em duas partes: na primeira, são relatadas três trajetórias individuais e familiares que mostram diferentes graus de relação com o “mundo do crime” e distintas vivências marcadas pela violência; a seção termina com alguns comentários importantes sobre os acontecimentos chamados na imprensa de “ataques do PCC” que permitem ao autor ampliar os argumentos sobre as figurações da violência e, em particular, sobre a violência policial. Já na segunda parte, é relatada a história da entidade, o Cedeca Sapopemba, as práticas de atendimento, as relações entre os profissionais envolvidos. É nessa segunda parte que Feltran coloca, a meu ver, os pontos fortes de seus argumentos.

Ele descreve com muita clareza o caminho que leva as entidades surgidas no âmbito dos movimentos sociais, no bojo do processo de redemocratização, cuja atuação principal era a reivindicação política por direitos, a se enredar na gestão de projetos que procuram administrar o problema representado pelas populações consideradas “de risco”, como crianças e adolescentes envolvidos em atos infracionais (ou “em conflito com a lei”, como se nomeia atualmente). Da luta política à gestão de um problema, passando pelos processos de profissionalização do trabalho e de institucionalização das ações e pela centralidade adquirida pela técnica sobre a política.

Assim, a entidade, que foi criada com o intuito de oferecer apoio jurídico e lutar pela afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ou seja, cidadãos com direito a ter direitos, transformou-se em uma entidade de gestão de projetos de atendimento aos adolescentes infratores. Na falta da *rede de proteção* que supostamente deveria coadjuvar seu trabalho, cumprindo com a promessa democrática de efetivar os direitos dos cidadãos mais fragilizados, a entidade acabou assumindo a tarefa de tentar suprir a falta de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, de oportunidades formativas, ampliando tanto o leque das atividades oferecidas aos adolescentes quanto o público beneficiado.

Esse processo veio juntamente com outro: os financiamentos internacionais, mais plasmáveis, e que tinham como objetivo fortalecer a sociedade civil e o associativismo local e, assim, apoiar o processo de redemocratização, começam a minguar; os governos locais, em vez disso, ampliaram seu raio de ação por meio da assinatura de convênios com entidades sócias que se converteram em braço executivo de programas definidos centralmente; cresceram, ao mesmo tempo, as exigências burocráticas: as planilhas orçamentárias se transformaram em amarras e, para burocratas preocupados em legitimar tecnicamente suas ações, o número de atendidos é mais importante do que a qualidade do atendimento realizado. Palavras de ordem como “do alternativo ao alterativo”, da reivindicação à proposição de políticas públicas por meio da “participação” provocaram a implicação (DONZELOT, 1994) dos militantes na gestão dos problemas sociais.

Muito acertadamente, Feltran exemplifica seus argumentos, mostrando os conflitos ocorridos no interior da entidade entre os que a integram há mais tempo e têm uma bagagem de luta acumulada em outro momento histórico (o momento da efervescência das ações coletivas que pautavam a construção do Estado democrático pós-regime militar) e os profissionais que chegaram posteriormente para trabalhar em algum projeto específico, carregando na mala anos de formação especializada, mas sem compartilhar nem do ponto de vista biográfico nem dos anseios políticos a experiência dos primeiros. São jovens formados com o intuito de priorizar a eficácia e a eficiência das intervenções, perseguindo um modelo de gestão às vezes emprestado do setor empresarial.

Esse enredo acabou domesticando a força reivindicativa e a explicitação dos conflitos, enfraquecendo a luta política. Os integrantes do Cedeca foram implicados no processo de gestão da periferia pobre.

Até aqui, o percurso percorrido pela entidade é comum ao de muitas outras. Nesse sentido, a segunda parte do livro conta histórias paradigmáticas que mostram com precisão essa passagem e suas consequências políticas. Os autores sobre os quais Feltran apoia sua análise são, sem dúvida, centrais para manter a discussão no âmbito da política: os pensamentos de Hannah Arendt e Jacques Rancière têm representado, no quadro de um esgotamento significativo dos marcos teóricos para pensar a política, uma ancoragem fecunda. Tangencialmente, o autor cita Foucault como orientação teórica para qualificar a discussão sobre a gestão do social. Mas as observações etnográficas são suficientemente explícitas sobre esse processo de encolhimento ou, melhor, de impossibilidade da luta política e expansão da gestão.

O que diferencia significativamente o percurso da entidade em questão é que os fundadores do Cedeca percebem que nesse processo de ampliação das tarefas de gestão de projetos sociais perderam os rumos da luta política *por direitos*. Resolvem, então, em um desfecho inédito, criar uma nova entidade que retome o trabalho de denúncia e luta política, ampliando o raio de atuação para além da faixa etária da criança e do adolescente. Surge assim, em 2001, o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), acontecimento que se torna possível graças ao apoio significativo de organizações internacionais do campo dos direitos humanos, como a Anistia Internacional e os Missionários Combonianos. É a visibilidade adquirida pelos integrantes do Cedeca, e em particular por Valdenia, que permite esse passo ousado.

Nesse momento, a narrativa reencontra a problemática da violência, que agora se manifesta na forma de ameaças e retaliações sofridas pelos coordenadores da entidade em consequência das denúncias de casos de abusos e violência policial. Valdenia, a primeira militante brasileira a ser abrigada pelo programa de proteção às testemunhas criado pelo Ministério da Justiça, é obrigada por três vezes a refugiar-se fora do país.

A temática da violência que ocupa um lugar central na experiência dos moradores das periferias, e sobretudo dos jovens, é analisada como um fenômeno complexo e não redutível a explicações simplistas; a violência não atinge da mesma forma diferentes setores da sociedade; não é perpetrada somente por jovens que perdem os laços do convívio familiar e social (como estamos acostumados a ouvir pela imprensa). Nesse sentido, a violência assume figuras distintas relacionadas com formas específicas de gestão da ordem que aniquilam a expressão do dissenso. O autor explora, dessa forma, os sentidos políticos da violência.

A questão que ele se coloca, finalmente, é: como é possível a violência na sociedade brasileira contemporânea? Como ela convive com o estabelecimento de um Estado democrático? Se a política vira gestão, a violência, em suas diferentes formas, amplifica a crise social. No entanto, a violência não é desprovida de sentido político, já que se manifesta prioritariamente *contra* uma parte da sociedade, a mesma que sofre com a desigualdade que é constitutiva da organização social brasileira. A conclusão do autor é que a coexistência, tanto no plano do regime político como no plano das relações sociais, entre o código universalista da política e o código instrumental da violência é constitutiva e necessária “para a reprodução de um modelo de funcionamento institucional e social marcado pela manutenção de um mundo público formalmente democrático, e uma dinâmica de distribuição dos lugares sociais marcada por extrema hierarquização” (p. 337). O que o texto sugere é que a violência é uma das formas de gestão da população pobre.

Os argumentos desenvolvidos no livro perseguem o objetivo de construir um discurso coerente. Talvez por isso o autor acabe por não problematizar algumas questões que, no entanto, merecem atenção e, coerentemente com a abordagem proposta na metodologia de pesquisa, poderiam ser deixadas em aberto, inclusive para tecer diálogos com outros pesquisadores e campos de investigação.

O argumento principal da primeira parte do texto é que a população migrante que foi morar nas periferias da cidade na década de 1970 tinha a perspectiva de conseguir uma inserção social via trabalho operário. Essa perspectiva não está mais no horizonte dos que alcançam a vida adulta a partir da década dos 1990. Para eles, a relação incerta e precária com o mundo do trabalho “flexível” implicaria uma maior sensibilidade aos apelos dos ganhos “fáceis” passíveis de serem alcançados no “mundo do crime”. Toda a argumentação do autor pretende colocar um contraponto à representação central que, tanto do lado de dentro como do lado de fora da periferia, separa a população entre trabalhadores e bandidos. No entanto, apesar de questionar essa representação dicotômica, em vários momentos o autor parece cair na armadilha, sobretudo porque as trajetórias dos jovens/adolescentes são lidas e compreendidas exclusivamente no marco das trajetórias familiares – e não há, no texto, nenhuma diferenciação entre essas faixas etárias, diferenciação que seria, no entanto, importante por se tratar de fases da vida que não podem ser confundidas, pois as experiências, as necessidades, os anseios são, como mostrou a socióloga Helena Abramo (2005), bastante distintas. O argumento sugere que quando as famílias conseguem sustentar o modelo de inserção social

típico da “família operária”, as eventuais aproximações dos filhos com o “mundo do crime” conseguem ser contidas e revertidas. Quando, em vez disso, não há possibilidade de cumprir com as condições que sustentam esse modelo, as trajetórias dos jovens/adolescentes levam a um envolvimento radical no “mundo do crime” e a violência irrompe na vida familiar de forma destrutiva.

Outros trabalhos – por exemplo, Sposito, Tommasi e Moreno (2009) – mostraram que a transgressão não é patrimônio exclusivo das classes sociais desfavorecidas, pois atos infracionais são cometidos também por jovens das classes mais abastadas. Mas são os jovens de periferia, especificamente os pobres e negros, que incorrem nas malhas do controle e do sistema penal; são encarcerados e perseguidos (COLOMBO, 2001). Outras pesquisas desvelam outro mito: na maioria dos casos, os adolescentes em conflito com a lei possuem família, moradia, frequentam a escola, muitos são trabalhadores, mesmo se no setor informal (BACELLAR, 2006). Ou seja, em se tratando do tema da violência e da suposta “expansão do mundo do crime”, todos os cuidados são poucos. A socióloga Vera Telles questiona justamente a ideia de mundos separados entre “crime” e “ordem”:

A rigor, “mundos da ordem”, “mundos bandidos” são termos enganosos, podem sugerir ordens normativas diferentes e separadas, com intersecções eventuais e episódicas. Acontece que não são “mundos” diferentes. Mas um mesmo mundo social, um mesmo ordenamento crivado internamente pelas suas diferenças, atravessado pela multiplicidade de situações que não são fixas, que se deslocam e se reconfiguram conforme tempos e espaços. (TELLES, 2010, p. 237)

Outro ponto é que por vezes o autor parece incorporar sem restrições o discurso dos profissionais da entidade. Por exemplo, a ideia de que “estamos disputando os adolescentes com o tráfico” é bastante difusa entre os profissionais dessa área. Esse espírito salvacionista caracteriza a fala de muitos deles e, sem dúvida, os motiva e incentiva a enfrentar as condições adversas do trabalho que desenvolvem. Outros argumentos colocados pelo próprio autor, no entanto, sugerem que o ingresso no “mundo do crime” muitas vezes não é total, ou seja, não impregna todas as dimensões da vida dos indivíduos jovens; é possível transitar *entre* os projetos sociais, as atividades culturais, o trabalho em empregos formais e o envolvimento eventual em atividades ilegais. Por outro lado, pesquisas centradas no universo juvenil mostram que muitos jovens procuram justamente escapar tanto ao disciplinamento dos programas sociais e às precárias condições de trabalho oferecidas

como ao envolvimento radical nas atividades ilegais (TOMMASI, 2012). Ao mesmo tempo, a aparição dos jovens da periferia como sujeitos políticos na esfera pública é sublinhada por vários autores que indagam as chamadas “culturas juvenis” (ABRAMO, 1994; CARRANO, 2002; REGUILLO, 2000).

Quem se debruça especificamente sobre a temática da família, como a antropóloga Cynthia Sarti, ressalta que a fase da vida denominada juventude é caracterizada justamente pela busca de autonomia com relação à família de origem:

Os jovens caracterizam-se precisamente pela busca de outros referenciais para a construção de sua identidade fora da família, como parte de seu processo de afirmação individual e social. Necessitam falar de si no plural, recriando “famílias” (como construção de “nós”), fora de seu âmbito familiar de origem, através dos vários grupos de pares (*peer groups*), seja em torno de música (*rock, rap*), outras atividades culturais, esportivas ou outras formas de expressão dos jovens no espaço público. (SARTI, 2004, p. 123)

Nesse sentido, aprisionar a análise das trajetórias individuais desses jovens no marco das trajetórias familiares pode servir para corroborar os argumentos do autor, mas não permite avançar na compreensão das dinâmicas inter e intrageracionais. Da mesma forma, os programas que procuram combater a permanência dos jovens no “mundo do crime” por meio do estímulo ao fortalecimento dos laços familiares, sem considerar a busca da construção de laços e de um amparo entre pares, estão, geralmente, fadados ao fracasso. O próprio trabalho de Gabriel Feltran mostra, por meio dos relatos de seus entrevistados, a centralidade das relações interpessoais, a procura pelo reconhecimento do grupo, a importância, para os indivíduos jovens, de se sentir parte de um grupo. Essa busca por autonomia pela via do encontro com os pares pode ser interpretada de forma negativa (a “cativa influência do grupo”) ou pode ser considerada um contraponto ao individualismo que impregna nossas vidas (e não somente aquela dos jovens moradores das periferias) no âmbito da racionalidade neoliberal. Da mesma forma, o envolvimento em “comportamentos de risco” pode ser lido como uma demanda por autonomia e assunção de responsabilidade, conforme sugere o sociólogo Salvatore La Mendola (2005).

Questionar a visão dicotômica que divide a sociedade entre “trabalhadores” e “bandidos” implica também questionar, como fazem os membros de uma das famílias cuja dinâmica é descrita no livro de Feltran, o ordenamento moral que separa o “bem” e o “mal”. É nessa superação que apostamos, ou melhor, é com ela que nos comprometemos quando empreendemos a difícil tarefa de produzir conhecimento em ciências sociais.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. (1994), *Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta.
- _____. (2005), “O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro”. Em: FREITAS, Maria Virginia. *Juventude e adolescência no Brasil: Referências conceituais*. São Paulo, Ação Educativa.
- BACELLAR, Dinah M. (2006), *A criminalização de adolescentes no município de Marília (1991-2001)*. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).
- CARRANO, Paulo César. (2002), *Os jovens e a cidade: Identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj.
- COLOMBO, Maristela. (2001), *A construção do delinquente juvenil: Um estudo sobre o adolescente infrator na cidade de Marília*. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).
- DONZELOT, Jacques. (1994), *L'invention du social*. Paris, Seuil.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. (2005), *Desvelar a política na periferia: Histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo, Humanitas.
- _____. (2006), “Deslocamentos: Trajetórias individuais entre sociedade civil e Estado no Brasil”. Em: DAGNINO, Evelina; OLVEIRA, Alberto J. [e] PANFICHI, Aldo (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.
- LA MENDOLA, Salvatore. (2005), “Os sentidos do risco”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, Vol. 17, nº 2, pp. 59-91.
- REGUILLO, Rossana. (2000), *Emergencia de culturas juvenis: Estrategias del desencanto*. Bogotá, Norma.

- SARTI, Cynthia Andersen. (2004). “O jovem na família: O outro necessário”. Em: NOVAES, Regina [e] VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 115-129.
- SPOSITO, Marília Pontes; TOMMASI, Livia de [e] MORENO, Gilberto Geribola. (2009), “Adolescentes em processo de exclusão social”. Em: SPOSITO, Marília Pontes (org). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*, Vol. 1. Belo Horizonte, Argumentum, pp. 127-177.
- TELLES, Vera da Silva. (2010), *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, Argumentum.
- TOMMASI, Livia de. (2012). “Nem bandidos nem trabalhadores baratos: Trajetórias de jovens da periferia de Natal”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 5, nº 1, pp. 101-129.

RESENHA DE: FELTRAN, Gabriel de Santis. (2011), *Fronteiras de tensão: Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, CEM/Cebrap/Editora Unesp.

LIVIA DE TOMMASI (livia.detommasi@gmail.com) é professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). É doutora em sociologia pela Université de Paris I, mestre em *étude des sociétés latinoaméricaines* pela Université de Paris III e tem graduação em pedagogia pela Università di Roma.